ISSN: 2358-8829

AÇÃO EXTENSIONISTA COM MULHERES INDÍGENAS TUMBALALÁ: MEMÓRIA, CULTURA E RESISTÊNCIA

Maria Clara dos Santos Nascimento[1]
Gabriela Barbosa Souza Xavier[2]

INTRODUÇÃO

Às margens do Rio São Francisco, no norte da Bahia, o povo Tumbalalá construiu sua história em estreita relação com as águas e a caatinga. Nos municípios de Abaré e Curaçá, o rio que a população chama de Velho Chico não se resume a um elemento da paisagem: é nele que se pesca, por ele que se atravessa, em suas ilhas que se planta, e é com ele que se aprende.

Este estudo analisa os resultados de uma ação extensionista desenvolvida por meio do plano de trabalho "Narrativas de mulheres Tumbalalá sobre as práticas de preservação ambiental", vinculado ao projeto Narrativas e Representações, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A referida ação teve como objetivo registrar narrativas de mulheres da comunidade indígena Tumbalalá, localizada às margens do Rio São Francisco, nos municípios de Abaré e Curaçá, Bahia. Participaram desse processo três mulheres Tumbalalá: uma anciã, uma liderança comunitária e uma professora e agricultora que atua na escola da comunidade.

Escrevo este trabalho a partir de um lugar de pertencimento[3]. Sou indígena Tumbalalá, e as mulheres que narram suas histórias aqui são mulheres que escuto desde a infância, com quem convivi e que foram fundamentais para a minha formação. A escolha de centrar a ação nas mulheres justifica-se com base na análise crítica de registros escritos e pesquisas sobre a história e a memória do meu povo. As vozes das mulheres que sempre estiveram presentes ensinando, cuidando e resistindo, raramente ocupam o centro das narrativas. Quis realizar este

[1] Graduanda do Curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, voluntária do projeto de extensão Narrativas e Representações, mariaclarasa415@gmail.com;
[2] Professora orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, docente do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, coordenadora do projeto de extensão Narrativas e Representações, gbsxavier@uefs.br.
[3] Os trechos escritos em primeira pessoa são de autoria de Maria Clara dos Santos Nascimento, indígena Tumbalalá, e expressam sua relação de pertencimento com a comunidade e com as narradoras. A participação da Profa. Dra. Gabriela Barbosa Souza Xavier deu-se na orientação do trabalho.

ISSN: 2358-8829

projeto na minha comunidade justamente para mudar essa direção: conhecer as práticas que as mulheres dedicam ao rio, à mata, à família e à cultura do nosso povo.

A ação fundamenta-se na perspectiva de educação e extensão dialógica defendida por Freire (1987) e Gadotti (2017) e na pesquisa participante proposta por Brandão (1981). No campo dos estudos sobre o povo Tumbalalá e o Rio São Francisco, as pesquisas de Andrade (2002), Souza (2011) e Silva e Rabinovich (2023) ajudam a situar as relações entre território, identidade, saberes tradicionais e protagonismo feminino à beira do rio.

Interessa, aqui, compreender o que essas narrativas revelam sobre memória, cultura, território e resistência, e de que modo as mulheres participam da transmissão dos saberes tradicionais entre as gerações. Para tanto, faz-se necessário refletir sobre as mudanças vivenciadas pela comunidade ao longo do tempo, especialmente aquelas ligadas ao rio, e apresentar o material paradidático "Velho Chico: memória, cultura e resistência Tumbalalá" como resultado educativo da ação extensionista. Parte-se do entendimento de que as transformações ambientais também são vividas como perdas culturais, afetivas e territoriais, e de que registrá-las a partir da voz de quem as experiencia é uma tarefa que a universidade, como instituição social, deve reconhecer a relevância.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo qualitativo, construído a partir de entrevistas orientadas pela escuta e pelo diálogo. As narrativas foram organizadas em categorias analíticas que reúnem memórias do rio, saberes tradicionais, transformações do território, práticas de cuidado e relações com a universidade. Além desta introdução, o texto apresenta o referencial teórico, a metodologia, os resultados e a discussão das narrativas e, por fim, as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Território, memória e identidade indígena

Para os povos indígenas, o território não se reduz à porção de terra ocupada ou demarcada; ele é tecido por histórias, relações de parentesco, lugares nomeados, práticas de trabalho e formas próprias de compreender o mundo. No caso Tumbalalá, a etnografia de Andrade (2002) mostra que a formação da identidade do povo se deu em meio a uma rede de trocas e relações no Submédio São Francisco[4], de modo que o rio e suas ilhas participam da

[4] O **"Submédio São Francisco"** é o trecho do rio entre Remanso (BA) e Paulo Afonso (BA), no semiárido baiano e pernambucano, onde se localizam o território Tumbalalá e as barragens de Sobradinho e Itaparica.

própria constituição do grupo. Compreender o território dessa forma permite perceber por que as mudanças no rio são sentidas como mudanças na vida comunitária.

A memória, nessa perspectiva, ultrapassa a lembrança individual. Para Halbwachs (1990), toda lembrança se apoia nos grupos aos quais a pessoa pertence. Bosi (1994) mostra a importância dos anciãos para a função social de lembrar e de transmitir aos mais novos aquilo que viveram. Quando uma mulher recorda onde se pescava, por onde se atravessava ou em que ilha a família plantava, ela reconstrói uma geografia vivida, compartilhada com outras pessoas, que dá sentido ao lugar. Os nomes que aparecem nas narrativas Tumbalalá, como Jaramataia, Zózó, Iota, Ilha do Ouro e Ilha do Calabouço, funcionam como marcas dessa geografia lembrada. Registrá-los é uma forma de reconhecer a comunidade como autora de conhecimentos sobre sua própria história.

Saberes tradicionais, mulheres e cuidado com o rio

Os saberes tradicionais nascem da observação atenta e da experiência compartilhada, e circulam, sobretudo, pela oralidade. Souza (2011), ao estudar o uso e a apropriação dos territórios fluviais sanfranciscanos, destaca como as populações locais leem o rio, as ilhas e as variações das águas para organizar seu trabalho e sua permanência no lugar. Embora a autora se dedique a outro trecho do São Francisco, sua reflexão ajuda a compreender que esses conhecimentos são formas legítimas de interpretar o ambiente, e não curiosidades de um passado distante.

As mulheres ocupam posição particular nesse processo. Silva e Rabinovich (2023), em uma autoetnografia sobre as ribeirinhas do Velho Chico, mostram como saberes históricos, sociais e culturais são transmitidos por mulheres no cotidiano à beira do rio. É também no dia a dia, por meio de conselhos, histórias e exemplos, que as mulheres Tumbalalá ensinam a cuidar da mata e do rio. Por isso, considera-se que preservar o rio significa, também, preservar as relações que as pessoas mantêm com ele.

Resistência e cultura indígena

A resistência indígena está presente na continuidade dos modos de vida, na permanência no território e na decisão de seguir ensinando aos mais novos aquilo que se aprendeu com os mais velhos. Bosi (1994) ajuda a compreender essa dimensão ao mostrar que a memória dos mais velhos guarda experiências que a sociedade tende a esquecer. No caso Tumbalalá, Andrade (2002) mostra que a identidade do povo se construiu na memória e nas relações tecidas ao longo do rio, e Silva e Rabinovich (2023) evidenciam que, à beira do

ISSN: 2358-8829

Velho Chico, são, sobretudo, as mulheres que transmitem esses saberes. Lembrar e manter viva a cultura são, portanto, formas de resistir, e as mulheres participam desse processo de forma central.

METODOLOGIA

O estudo adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, e foi desenvolvido no âmbito do plano de trabalho "Narrativas de mulheres Tumbalalá sobre as práticas de preservação ambiental", vinculado ao projeto de extensão Narrativas e Representações, da UEFS. O percurso metodológico baseou-se na análise de uma ação extensionista desenvolvida por meio da escuta, do diálogo e na construção coletiva do conhecimento (FREIRE, 1987; GADOTTI, 2017) e com os princípios da pesquisa participante (BRANDÃO, 1981).

Para Freire (1987), o conhecimento se constrói no diálogo e na problematização da realidade vivida. Gadotti (2017) também entende a extensão como produção compartilhada de conhecimento, em oposição a uma concepção assistencialista.

Como propõe Brandão (1981), a pesquisa participante supõe o compromisso de quem pesquisa com a comunidade e a compreensão de que conhecer a realidade é também participar dela. O autor questiona a separação entre quem pesquisa e quem é pesquisado. Essa referência ganha sentido particular neste trabalho, pois registro narrativas da comunidade a qual pertenço. As narrativas das mulheres Tumbalalá são aqui tratadas como saberes situados, produzidos a partir de experiências próprias, e não como dados a serem simplesmente extraídos.

A ação extensionista foi desenvolvida em etapas, na comunidade indígena Tumbalalá. Foi iniciado o contato com mulheres da comunidade para apresentação da proposta. Posteriormente, foram realizadas entrevistas no território, em espaços da aldeia, como a escola e as residências das participantes. Foram entrevistadas três mulheres, identificadas neste trabalho por nomes fictícios: Rosa, de 66 anos, uma anciã da comunidade e liderança; Margarida, de 45 anos, liderança comunitária atuante na defesa dos direitos do povo, e professora; e Violeta, de 47 anos, professora, agricultora e liderança, que atua na educação escolar. A escolha considerou o papel dessas mulheres na comunidade e a convivência que mantenho com elas desde a infância. As entrevistas foram orientadas por eixos temáticos, que incluíram memórias sobre o rio, práticas tradicionais, transformações no território, saberes transmitidos pelas mulheres, espiritualidade, cuidado ambiental, expectativas para o futuro e

relação com a universidade, e cada narradora pôde conduzir sua fala segundo aquilo que considerava mais importante.

Os relatos foram transcritos e organizados para a forma escrita, sem perder o sentido original nem o respeito à tradição oral do povo Tumbalalá. A leitura desse material permitiu identificar temas recorrentes e singularidades presentes em cada narrativa, que resultaram nas cinco categorias analíticas apresentadas no Quadro 1. Preservaram-se expressões da forma como foram faladas pelas participantes, como “agudão” e “encantos”, e as falas foram tratadas como narrativas situadas. Por essa razão, as referências às barragens e ao nível das águas são apresentadas como percepções das participantes, cuja verificação técnica demandaria estudos complementares. Nas citações, cada fala é identificada pelo nome fictício da narradora, seguido da indicação “entrevista” e do ano.

A realização da ação foi autorizada pelas lideranças do povo Tumbalalá, e as participantes concordaram com o registro e a divulgação de suas narrativas. Respeitaram-se, ainda, os limites estabelecidos pelas narradoras quanto ao que poderia ser tornado público, sobretudo no que se refere a conhecimentos sobre plantas e práticas espirituais.

As narrativas deram origem ao material paradidático “Velho Chico: memória, cultura e resistência Tumbalalá”, que apresenta o perfil das narradoras e organiza suas falas em cinco eixos: memórias do rio e mudanças no território; casas de farinha, vazantes e práticas tradicionais de trabalho; saberes ambientais e plantas medicinais; histórias de vida e de sobrevivência; e importância cultural do rio e conselhos para as novas gerações. Reúne, ainda, poemas de autoria da organizadora, um memorial fotográfico e depoimentos de jovens da comunidade.

A relevância do material está em aproximar as narrativas e práticas indígenas dos espaços educativos. Destinada a crianças, jovens, professores e à comunidade, ela permite que estudantes compreendam o São Francisco como território de vida, trabalho, espiritualidade e luta por direitos, e reconheçam as mulheres de sua aldeia como produtoras de conhecimento. Ao retornar à comunidade, o material faz da devolutiva parte constitutiva da ação, e não apenas sua etapa final.

O material pode ser usado em rodas de conversa com as anciãs, em atividades interdisciplinares sobre as águas e as plantas da caatinga e na produção de textos e mapas afetivos pelos estudantes. Este estudo concentra-se na análise dos textos produzidos e nas contribuições desses enunciados para uma educação intercultural e contextualizada.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As três narrativas registradas apresentam o São Francisco como muito mais do que um recurso natural, e cada mulher fala a partir de um lugar próprio. Rosa guarda memórias detalhadas da paisagem, das casas de farinha e dos modos de vida de outros tempos; Margarida articula a relação com o rio à ancestralidade, às mudanças nas vazantes e à luta por direitos; Violeta, educadora, une a leitura das transformações ambientais à ética do cuidado e ao reconhecimento dos saberes das pessoas idosas. O Quadro 1 sistematiza as categorias analíticas e os principais elementos identificados em cada uma delas.

Quadro 1 – Categorias analíticas e síntese das narrativas

Categoria analítica	Elementos identificados nas narrativas	Narradoras
O rio como memória e pertencimento	O rio compreendido como "vida"; banhos e brincadeiras na infância; travessias de canoa; pesca com arco e flecha; lugares nomeados (Jaramataia, Zózó, Iota, Ilha do Ouro)	Rosa; Margarida
Saberes tradicionais	Casas de farinha, goma e beiju; plantio nas ilhas e vazantes (mandioca, feijão, "agudão", melancia, milho); remédios e lambedores aprendidos com a mãe; xique-xique, maniçoba e croá em tempos de seca	Rosa; Margarida
Transformações no território	Fim das vazantes associado às barragens; variações bruscas das águas sem aviso; derrubada da mata ciliar e assoreamento; desaparecimento de plantas e peixes; o rio percebido como "morto"	Rosa; Margarida; Violeta
Cuidado, espiritualidade e gerações	Tirar da natureza só o necessário; pedir licença à Mãe Natureza; encantos e Mãe d'água; mulheres como guardiãs do cuidado com o rio; pedido para não abandonar os rituais	Violeta; Rosa; Margarida
Universidade e reconhecimento dos saberes	Universidade historicamente excludente; ampliar a presença indígena; a universidade deve ouvir o saber das pessoas idosas.	Margarida; Violeta

Fonte: Elaborado pela autora.

O rio como memória, convivência e pertencimento

A primeira categoria reúne as lembranças que fazem do rio um lugar de vida, de convivência e de pertencimento. Para Margarida, o rio é sinônimo de vida, e sua fala reúne sobrevivência, lazer e ancestralidade:

> Eu tenho o rio São Francisco como vida, a nossa vida, porque desde os nossos antepassados até o momento, tudo o que a gente tem é tirado dele: desde a sobrevivência até o lazer. Quando não tinha nada para a gente fazer, era o banho no rio. Então o rio é muito importante para o nosso povo [...] (Margarida, entrevista, 2025).

Essa presença atravessa as lembranças de infância registradas: as brincadeiras nas águas, a roupa lavada na beira, a pesca e as travessias de canoa até a Ilha das Vacas, quando o

ISSN: 2358-8829

vento batia no pano da canoa e o medo era grande. Como resume Rosa, “tudo era no rio: o banho, lavar roupa, a pescaria… tudo, tudo sempre tinha o rio presente” (Rosa, entrevista, 2025).

As lembranças de Rosa desenham uma cartografia afetiva do território. Ela recorda o junco, “uma planta chamada Guaberinha, cheia de goiabas”, a Jaramataia, “lugar de muito peixe”, e o Zózó, onde o irmão pescava com arco e flecha; lembra também das travessias até a Iota para chupar cana e melancia com as colegas (Rosa, entrevista, 2025). Cada nome guarda uma experiência, uma pessoa, uma época. Como propõe Halbwachs (1990), essas lembranças se apoiam no grupo: os lugares guardam sentido porque foram vividos com o irmão, com as colegas e com a família. Por isso, sua preocupação vai além da saudade: “O povo mais novo não vê o que eu vi. Eles não conhecem nada da história do rio” (Rosa, entrevista, 2025).

O rio também aparece como lugar de perigo. Rosa relata a travessia em que levava a filha pequena, com febre, para Cabrobó: perto da Ilha do Ouro, no lugar chamado Carneiro, a canoa bateu em uma pedra, e as duas foram levadas pela correnteza até serem socorridas. A narradora atribui a própria sobrevivência e a da filha a Deus e a Santo Antônio (Rosa, entrevista, 2025). O episódio mostra que a memória do rio é feita também de medo, coragem e devoção, dimensões que não cabem em uma descrição meramente utilitária das águas. Como observa Bosi (1994), lembrar, para os mais velhos, é refazer o passado com os valores do presente: ao narrar o episódio, Rosa transforma a experiência em ensinamento sobre fé, coragem e respeito ao rio.

Saberes tradicionais: casas de farinha, vazantes e plantas

A vida junto ao rio era também uma vida de trabalho. Rosa resume sua trajetória em uma frase: “Eu me criei nesse rojão: casa de farinha, roça e vazante” (Rosa, entrevista, 2025). Ela recorda as muitas casas de farinha nas margens, a goma e o beiju vendidos em Cabrobó e a fartura de melancia nas ilhas. Hoje, das casas que conheceu, funcionam duas, e a explicação tem relação com o rio:

> Porque não tem mais as mandiocas que tinha antigamente, que plantavam nas vazantes. O rio dava cheia, muita água, e quando secava um pouquinho — não era tudo — naquela vazante o povo já plantava as mandiocas. No tempo certo, ia colher (Rosa, entrevista, 2025).

O plantio nas ilhas reunia família e compadrio. Rosa lembra de plantar feijão e “agudão”, termo mantido tal como aparece em sua fala, com o irmão e os compadres nas ilhas do Calabouço e vizinhas (Rosa, entrevista, 2025). Margarida descreve a mesma experiência

ao lembrar que, quando o rio enchia e depois secava, as famílias plantavam melancia, feijão e milho nas ilhas e ilhotas. Esse calendário, guiado pelo ritmo das águas, confirma a leitura de Souza (2011) sobre a relação entre vivência, identidade e conhecimento ambiental nos territórios fluviais.

Os saberes sobre as plantas seguem o mesmo caminho de transmissão. Rosa conta que aprendeu com a mãe a fazer remédios e lambedores, e que hoje transmite esse conhecimento à filha: “Minha mãe me ensinava os remédios, os lambedores… e eu fazia o que ela ensinava. [...] Já estou ensinando à minha menina” (Rosa, entrevista, 2025). Lembra, ainda, que em tempos de seca os mais velhos sobreviviam com xique-xique assado, maniçoba e a água do croá (Rosa, entrevista, 2025). Esses saberes, passados de mãe para filha, fazem parte da memória e da cultura Tumbalalá e ligam o cuidado com o corpo à história das famílias no território. Registrá-los não significa recomendar usos terapêuticos, mas reconhecer saberes e práticas do semiárido.

Transformações no território e no regime das águas

As narrativas convergem ao apontar que o rio mudou. Margarida associa o fim das vazantes à operação das barragens:

> Porque as barragens não têm mais nem hora e nem dia, nem para secar e nem para encher o rio, independente se é período de chuva ou não. [...] aumenta a água de repente, e quem está com plantação perde. Ou então baixa de vez e não avisa. [...] Eles fazem o aviso geral na região, mas com os povos indígenas não têm esse cuidado (Margarida, entrevista, 2025).

Trata-se de um relato, e não de uma medição hidrológica; ainda assim, ele aponta uma questão concreta que merece reflexão, sobretudo quanto à participação das comunidades indígenas nas decisões sobre a gestão das águas. Violeta acrescenta outra camada a essa leitura. Ela lembra que a mata ciliar abrigava espécies como o jatobá e o marizeiro, que foram sendo derrubadas para o plantio nas vazantes, o que favoreceu o assoreamento; com as barragens, o rio deixou de encher como antes, e “tudo isso acabou com as vazantes do jeito que eram antes” (Violeta, entrevista, 2025). Sua fala, que reconhece também as ações humanas no território, mostra que as narradoras não oferecem explicações simples, mas interpretações construídas pela observação de longa duração.

Para Rosa, a mudança é sentida no corpo e no afeto. Ela relembra que os antigos avisavam: “Vai chegar um tempo que o rio vai virar poço”, e afirma que isso se cumpriu “por causa das barragens e dessa transposição” (Rosa, entrevista, 2025). Hoje, recusa os convites

ISSN: 2358-8829

das filhas para o banho: “eu respondi que não, porque o rio está morto” (Rosa, entrevista, 2025). A expressão não deve ser lida como diagnóstico técnico, mas como formulação que comunica ruptura em relação a um lugar que antes reunia abundância, convivência e aprendizagem. Se, como mostra Andrade (2002), o rio participa da própria constituição do povo Tumbalalá, dizer que ele está morto é expressar o luto por algo que faz parte da cultura local. O prejuízo descrito, portanto, não é apenas econômico: quando a vazante deixa de existir, deixa de existir, também, a transmissão dos saberes a ela associados.

Cuidado, espiritualidade e responsabilidade entre gerações

As transformações provocam preocupação, mas as narrativas também apontam caminhos. Violeta centra sua fala na responsabilidade com os filhos e netos: “A gente tem que cuidar da mata, cuidar do rio, não destruir. Tirar só o necessário” (Violeta, entrevista, 2025). O cuidado, nessa perspectiva, tem uma dimensão espiritual. Violeta recorda que as mais velhas ensinavam que “o rio tinha dono, tinha encantos, e que a gente precisava saber entrar”, e que era preciso pedir licença antes de pescar ou tirar algo da natureza (Violeta, entrevista, 2025). Rosa expressa a mesma ética: “Para entrar nas matas tem que pedir licença à Mãe Natureza, porque não existe aldeia sem ela” (Rosa, entrevista, 2025).

Margarida torna explícito o papel das mulheres nessa transmissão:

> Porque além das medicinas e das plantas do rio, nós também temos um papel enquanto mulheres: o cuidado, a ancestralidade ligada ao rio São Francisco. As mulheres são guardiãs desses costumes e dessas práticas que mantêm o cuidado com o rio — que é a peça-chave para a continuidade da nossa sobrevivência em todos os aspectos (Margarida, entrevista, 2025).

A fala dialoga com Silva e Rabinovich (2023), para quem é no cotidiano das mulheres ribeirinhas que saberes e valores atravessam gerações. Para Margarida, preservar o rio é também honrar quem lutou antes: “Alguém lutou por nós, então a gente tem que fazer valer a pena” (Margarida, entrevista, 2025). Rosa, por sua vez, deixa um pedido aos mais novos: “Nunca abandonem aqueles trabalhos que a gente passa para vocês, as coisas da aldeia mesmo. O ritual da aldeia, não acabem” (Rosa, entrevista, 2025). Para as participantes, cuidar do ambiente e manter viva a cultura aparecem como partes de um mesmo compromisso.

Mulheres indígenas, universidade e reconhecimento dos saberes

A relação com a universidade atravessa as narrativas de Margarida e de Violeta. Margarida afirma que as universidades “não foram pensadas para nós no começo. Nem para

ISSN: 2358-8829

indígena, nem para negro, nem para pobre" (Margarida, entrevista, 2025) e apresenta um recado aos jovens: "Quando chegarem nas universidades, não se escondam — nem por vergonha e nem por medo" (Margarida, entrevista, 2025).

Violeta, por sua vez, reivindica que a universidade reconheça o saber produzido fora dela: "A universidade tem que ouvir a gente também, porque a gente tem saber. Não é porque a gente não estudou que a gente não sabe" (Violeta, entrevista, 2025). Sua fala ecoa a defesa freiriana da importância das experiências culturais dos sujeitos (FREIRE, 1987) e a proposta de Brandão (1981) de romper a hierarquia entre quem pesquisa e quem é pesquisado. A própria ação extensionista materializa esse movimento: como estudante indígena, levo para a universidade a voz das mulheres da minha aldeia e devolvo à aldeia o que construí na universidade, reforçando o sentido da extensão como via de mão dupla (GADOTTI, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação extensionista com mulheres indígenas Tumbalalá permitiu registrar narrativas que revelam experiências de vida, memórias da infância, transformações territoriais e a forte relação da comunidade com o Rio São Francisco. Rosa preserva a memória da paisagem, das casas de farinha e dos modos de vida de outros tempos; Margarida relaciona o rio à vida, à ancestralidade, às mudanças nas vazantes e à presença indígena na universidade; Violeta une a leitura das transformações ambientais à ética do cuidado e ao valor dos saberes das mulheres mais velhas.

Apesar dos destaques distintos, as três narrativas convergem na compreensão de que ambiente, memória e cultura são inseparáveis. As mudanças percebidas no rio afetam práticas de trabalho, alimentação, deslocamento, espiritualidade e transmissão de conhecimentos. Nesse processo, as mulheres se afirmam, nas palavras de Margarida, como guardiãs dos costumes que mantêm o cuidado com o rio, e como educadoras das novas gerações.

O material paradidático "Velho Chico: memória, cultura e resistência Tumbalalá", constitui um importante recurso educativo. A experiência reafirma a necessidade de reconhecer e divulgar os saberes produzidos pelos povos originários e mostra que a extensão universitária, quando orientada pelo diálogo, é fundamental para aproximar universidade e comunidade e para fortalecer uma perspectiva educacional intercultural e inclusiva.

Ao final deste percurso, reafirmo o que me levou a propor esta ação. Como mulher indígena Tumbalalá, percebi que o saber das mulheres, embora presente em cada gesto de cuidado, nem sempre é reconhecido e compartilhado. Registrar as narrativas de Rosa, Margarida e Violeta foi, para mim, uma forma de contribuir para a problematização dessa

realidade e de afirmar que as mulheres da minha comunidade sabem, ensinam e constroem história. Quando uma anciã parte, não se perde apenas uma pessoa, mas um acervo inteiro de saberes construídos ao longo de gerações. Este trabalho não é apenas um registro acadêmico: é um gesto de afeto, de responsabilidade e de compromisso com o meu território.

Como desdobramentos, considero importante ampliar o número de narradoras, incluindo mulheres de diferentes gerações e de outras famílias do território. Aponta-se, também, a possibilidade de construir, com autorização das participantes e das lideranças, um acervo comunitário de narrativas que respeite os critérios locais sobre o que pode ser registrado e divulgado. Cuidar do São Francisco passa, afinal, por escutar quem mantém com ele uma relação histórica, afetiva e espiritual.

Palavras-chave: Narrativas; Memória; Culturas Indígenas; Rio São Francisco; Povo Tumbalalá.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e, em seguida, aos meus ancestrais e aos anciãos e anciãs do povo Tumbalalá, por terem me permitido realizar este trabalho. À minha orientadora, Profa. Dra. Gabriela Barbosa Souza Xavier, pela orientação atenta e generosa em todas as etapas deste trabalho. Às lideranças do povo Tumbalalá, por autorizarem a realização desta ação; e à comunidade Tumbalalá, por todo o apoio e pela acolhida. Às três narradoras, pela generosidade em compartilhar suas memórias e seus saberes. Às duas jovens da comunidade, pelos depoimentos que integram o material paradidático. E, enfim, ao projeto de extensão Narrativas e Representações, da Universidade Estadual de Feira de Santana, ao qual estou vinculada, pelo apoio.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ugo Maia. **Um rio de histórias**: a formação da alteridade tumbalalá e a rede de trocas do sub-médio São Francisco. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11012023-104716/. Acesso em: 26 out. 2026.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária**: para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 26 out. 2026.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

SILVA, Diana Leia Alencar da; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Legados das ribeirinhas do Velho Chico: autoetnografia de uma beiradeira. **Revista Ouricuri**, v. 14, n. 1, 2023. DOI: https://doi.org/10.59360/ouricuri.vol14.i1.a18420.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de. Saberes tradicionais e meio ambiente: o uso e a apropriação dos territórios fluviais sanfranciscanos. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, n. 1, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/2428. Acesso em: 26 out. 2026.